



GESTOR EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

111 – Modernização da Gestão

Data da prova:
Domingo, 15/1/2023

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - 1 (um) caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Para viajar basta existir.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (minutos) para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de questões, bem como retirar-se da sala.
- Você somente poderá retirar-se do local de aplicação das provas levando o caderno de questões quando faltar 1 (uma) hora para o final do tempo destinado à realização das provas objetiva e discursiva.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS GERAIS

Questões de 1 a 30

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 1 a 10

Texto para responder às questões de 1 a 3.

As narrativas críticas construídas para a judicialização da saúde

1 A repercussão que a judicialização da saúde alcançou em âmbito político e institucional se reflete no âmbito acadêmico. São numerosas e variadas as reflexões e
4 pesquisas acadêmicas acerca do tema, de forma que há considerável produção tanto no aspecto quantitativo quanto no aspecto qualitativo, o que transparece na dedicação
7 consistente de alguns pesquisadores ao tema ao longo de vários anos. As pesquisas acadêmicas têm recebido influência e têm influenciado iniciativas institucionais e a
10 atividade adjudicativa.

Os estudos acadêmicos a respeito da judicialização da saúde têm enfatizado, de forma mais constante, o lado
13 negativo da judicialização da saúde. Entre os efeitos negativos destacados, estão: o comprometimento da governabilidade e da gestão da saúde; e o aprofundamento
16 de iniquidades de acesso, em razão do privilégio obtido por segmentos e indivíduos com maior poder de reivindicação. De outro lado, tal visão seria temperada por outros
19 pesquisadores, que reconhecem nas deficiências ou insuficiências do Sistema Único de Saúde (SUS) um fator que conduz à judicialização. Dessa forma, se reconhecia que
22 o aumento da atuação do sistema de justiça, embora tenha repercussões na gestão e influencie tomadas de decisões, ao menos em parte era decorrência das deficiências da própria
25 Administração Pública.

Desde então, tem ganhado ainda mais força a visão de que há uma judicialização excessiva, e, assim, a ideia de
28 judicialização da saúde foi sendo gradativamente reduzida para se referir, em geral, a uma distorção que tem duas principais faces: o excesso de ações e o descabido protagonismo da magistratura e do Poder Judiciário. Como bem destacou-se na preleção de abertura do 1º Encontro do Fórum Nacional da Saúde, vulgarizou-se a ideia de que “o
31 Poder Judiciário estaria se metendo no que não deve”. Já naquele momento, chamava-se atenção para o fato de que a ideia de judicialização possui uma conotação mais ampla,
34 como, por exemplo, a aplicação dos métodos ou modelos judiciais de solução de controvérsias.

A crítica à judicialização da saúde, embora tenha se
40 tornado a regra, não é uniforme em seus argumentos. Ademais, é raro encontrar quem rejeite peremptoriamente a importância do acesso à justiça como forma de demandar
43 concretização de direitos. Nesse sentido, há evidente intenção de grande parte dos pesquisadores de colaborar para que a judicialização não desestruture o SUS, mas, ao mesmo tempo, sirva de instrumento para que seus usuários
46 busquem efetivo acesso aos bens e serviços de saúde.

SANTANA, Ramiro Nóbrega. Atuação da Defensoria Pública para a garantia do direito à saúde: a judicialização como instrumento de acesso à saúde. *Rev. Bras. Polít. Públicas*, Brasília, v. 8, n. 3, 2018, com adaptações.

QUESTÃO 1

Com relação à tipologia textual, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de texto expositivo e argumentativo porque, além de expor dados da realidade da saúde no Brasil, critica a judicialização deste setor, já que isso provoca a desestruturação do Sistema Único de Saúde (SUS).
- (B) O primeiro período corresponde ao tópico frasal de um parágrafo introdutório, em que se apresenta um ponto de vista acerca da judicialização da saúde.
- (C) O texto apresenta perspectivas diferentes da judicialização da saúde no Brasil. Há, portanto, visão positiva e negativa referentes ao mesmo tema.
- (D) O segundo e o terceiro parágrafos são predominantemente narrativos e apresentam ações que demonstram, em ordem sucessiva, uma judicialização excessiva da saúde no Brasil, o que se percebe com expressões temporais, como “Desde então” (linha 26) e “Já naquele momento” (linha 35).
- (E) O texto se utiliza dos tipos descritivo e injuntivo para convencer o leitor de que a judicialização da saúde é uma forma de os usuários do SUS terem, de fato, acesso aos bens e serviços de saúde.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa na qual o termo sublinhado exerce a mesma função sintática que o pronome relativo em “A repercussão que a judicialização da saúde alcançou em âmbito político e institucional se reflete no âmbito acadêmico.”

- (A) “As pesquisas acadêmicas têm recebido influência e têm influenciado iniciativas institucionais e a atividade adjudicativa.” (linhas de 8 a 10)
- (B) “De outro lado, tal visão seria temperada por outros pesquisadores, que reconhecem nas deficiências ou insuficiências do Sistema Único de Saúde (SUS) um fator que conduz à judicialização.” (linhas de 18 a 21)
- (C) “Desde então, tem ganhado ainda mais força a visão de que há uma “judicialização excessiva”, e, assim, a ideia de judicialização da saúde foi sendo gradativamente reduzida para se referir, em geral, a uma distorção que tem duas principais faces” (linhas de 26 a 30)
- (D) “vulgarizou-se a ideia de que ‘o Poder Judiciário estaria se metendo no que não deve.’” (linhas 33 e 34)
- (E) “Nesse sentido, há evidente intenção de grande parte dos pesquisadores de colaborar para que a judicialização não desestruture o SUS, mas, ao mesmo tempo, sirva de instrumento para que seus usuários busquem efetivo acesso aos bens e serviços de saúde.” (linhas de 43 a 47)

QUESTÃO 3

Os termos sublinhados em “A crítica à judicialização da saúde, embora tenha se tornado a regra, não é uniforme em seus argumentos. Ademais, é raro encontrar quem rejeite peremptoriamente a importância do acesso à justiça como forma de demandar concretização de direitos.” (linhas de 39 a 43), sem que haja alteração de sentido e nem incorreção gramatical no texto, podem ser substituídos, respectivamente, por

- (A) **conquanto; Além disso.**
- (B) **ainda que; Además.**
- (C) **contanto que; Além do mais.**
- (D) **porquanto; Demais.**
- (E) **salvo se; Além disso.**

Texto para responder às questões de 4 a 6.

Normas e decisões judiciais e seus limites: Direitos fundamentais e políticas públicas

O tema dos direitos humanos, no plano internacional, e dos direitos fundamentais, no plano interno, tem sido central e, com razão, nos debates do Direito Constitucional brasileiro nas últimas décadas. A Constituição de 1988 veiculou o compromisso do novo Estado brasileiro, reorganizado naquele momento, com a promoção dos direitos fundamentais, direitos que ela prevê de forma mais ou menos analítica. Também, no plano internacional, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, diversos outros documentos foram celebrados tratando do respeito, da proteção e promoção de direitos específicos ou relacionados a grupos humanos em particular.

Todos esses esforços — normativos, doutrinários e jurisprudenciais — pretendem, em última análise, garantir, proteger e promover os direitos fundamentais. E parece que são efetivamente importantes para a realização dos direitos nos Estados contemporâneos, embora não sejam suficientes. Nada obstante, é preciso reconhecer que a edição de normas, a produção doutrinária e mesmo a prolação de decisões judiciais não garantem, por si, a realização de direitos. O ponto é particularmente importante, pois, durante algum tempo, se alimentou a esperança de que, embora as normas por si não fossem capazes de alterar a realidade, o Judiciário seria capaz de garantir, de forma geral, a efetividade dos direitos fundamentais: contudo essa esperança não era realista desde sua origem. Nas últimas décadas, multiplicaram-se decisões judiciais, ao redor do mundo e no Brasil, com o objetivo de promover a realização de direitos fundamentais. Os exemplos envolvendo direitos sociais são provavelmente os mais emblemáticos, mas não são únicos: demandas envolvendo direito à água, à alimentação, a prestações de saúde, à habitação, a saneamento básico etc.

Haverá, no mínimo, dois grandes processos no percurso que pode levar uma norma a produzir efetivamente a proteção, a promoção ou o respeito de direitos fundamentais no mundo real. Em primeiro lugar, a política pública prevista na norma — isto é: seu conteúdo, as medidas por ela delineadas — precisará de fato ser implementada. Esse primeiro momento dependerá de uma série de providências como, por exemplo, a criação de estruturas administrativas, a contínua alocação orçamentária, a contratação de pessoal e infraestrutura suficientes para atender a todos os públicos-alvo da política, a compra de produtos e a contratação de serviços, a produção de relatórios, pesquisas, o monitoramento etc.

BARCELOS, Ana Paula de. Políticas públicas e o dever de monitoramento: “levando os direitos a sério”. *Rev. Bras. Polít. Públicas*, Brasília, v. 8, n. 2, 2018, com adaptações.

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa que, no contexto apresentado, corresponde a um sinônimo da palavra sublinhada no trecho “Os exemplos envolvendo direitos sociais são provavelmente os mais emblemáticos, mas não são únicos: demandas envolvendo direito à água, à alimentação, a prestações de saúde, à habitação, a saneamento básico etc.” (linhas de 29 a 32).

- (A) apreciados
- (B) representativos
- (C) usuais
- (D) frequentes
- (E) pertinentes

QUESTÃO 5

No trecho “O ponto é particularmente importante, pois, durante algum tempo, se alimentou a esperança de que, embora as normas por si não fossem capazes de alterar a realidade, o Judiciário seria capaz de garantir, de forma geral, a efetividade dos direitos fundamentais: contudo essa esperança não era realista desde sua origem.” (linhas de 20 a 26), o emprego das vírgulas

- (A) é estilístico, uma vez que o período é composto por coordenação e subordinação e está em ordem direta.
- (B) atribui ênfase às circunstâncias de tempo e de modo com as expressões adverbiais “durante algum tempo” e “de forma geral”, respectivamente, já que são elementos essenciais para a estrutura e os sentidos do texto.
- (C) é obrigatório, pois, em períodos longos, a pontuação impede a construção de períodos prolixos e ambíguos.
- (D) é obrigatório para isolar expressões adverbiais consideradas longas e orações adverbiais deslocadas.
- (E) é obrigatório em orações iniciadas por “pois” e facultativo em orações subordinadas adverbiais, estejam elas deslocadas ou não.

QUESTÃO 6

De acordo com o texto, para uma norma produzir efetivamente a proteção, a promoção ou o respeito de direitos fundamentais no mundo real, é necessário considerar

- (A) a multiplicação de decisões judiciais, ao redor do mundo e no Brasil, em prol dos direitos humanos e das políticas públicas que a Administração promove no Distrito Federal.
- (B) o conteúdo e as medidas delineadas pela política pública prevista na norma, a qual precisará, de fato, ser implementada, o que depende de muitas providências de caráter administrativo.
- (C) os debates do direito constitucional brasileiro nas últimas décadas e o tema dos direitos humanos, que perpassa todas as discussões que envolvem a criação de políticas públicas.
- (D) os exemplos envolvendo direitos sociais, tais como o direito à água, à alimentação, a prestações de saúde, à habitação e ao saneamento básico.
- (E) a esperança de que o Judiciário possa ser capaz de garantir a realização das políticas públicas.

Área livre

Texto para responder às questões de 7 a 10.

A concepção da Administração Pública

1 A influência mundial, a partir da experiência norte-
americana, mostra que, desde o final do século 19 até o
início do século 20, a Administração Pública era
4 compreendida, a partir da tradição científica, como um
espaço de execução, pelo Executivo, das políticas públicas
definidas pela esfera política (HENRY, 1975). Nesse
7 momento, o foco era preparar os servidores públicos para
atuar com profissionalismo na Administração Pública, ou
seja, centrava-se na formação da burocracia governamental,
10 responsável pela execução das políticas públicas. Neste
caso, a burocracia deveria atuar de forma apolítica ou
imparcial baseada na profissionalização. A gestão, livre de
13 valores, deveria atuar de forma eficiente e econômica. E, os
servidores públicos eram preparados para executar as
seguintes atividades-meio: orçamento, gestão de pessoas e
16 organização. Este enfoque prevaleceu durante 60 anos, nos
Estados Unidos da América, mostrando uma tensão central
da identidade da Administração Pública: separação entre
19 administração e política.

A construção do interesse público deve sobrepujar os
interesses individuais, o poder local por meio da
22 participação da comunidade deve sobrepor ou pelo menos
equiparar-se aos interesses globais e deve-se primar pelo
diálogo e a importância do capital humano nas organizações
25 públicas. Mais do que um modelo de gestão, o Novo Serviço
Público propõe uma coprodução do bem público entre
Estado e cidadão. Este, na categoria de usuário do serviço
28 público, não é visto como cliente ou beneficiário, mas
protagonista da prestação do serviço público e da
transformação social. A oferta e a demanda dos serviços
31 públicos se sobrepõem. O comportamento cooperativo, isto
é, a participação do cidadão nas decisões públicas é
relevante nas políticas públicas. Nesse contexto é que o
34 sentido da governança se torna fundamental para
compreender novas possibilidades de gestão compartilhada
e cooperada. No Brasil, a criação de espaços de participação
37 da sociedade civil na esfera pública ocorre por meio de
38 audiências públicas e conselhos públicos, entre outros.

Disponível em: <<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2050/8/gestaogovernancapublica.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2022, com adaptações.

QUESTÃO 7

No que se refere ao texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de um texto argumentativo cuja tese é a de que a Administração Pública no Brasil sofre influência da experiência norte-americana.
- (B) Caracteriza-se como um texto descritivo, o qual mostra elementos da gestão pública nos Estados Unidos e no Brasil, de forma pormenorizada.
- (C) Classifica-se como um texto injuntivo, visto que, com argumento de autoridade, incentiva os servidores públicos a desempenharem suas atividades de forma idônea e comprometida com o interesse público.
- (D) Exemplifica um texto dissertativo expositivo cujo tema é Administração Pública, apresentando, também, conhecimento acerca da gestão no Brasil.
- (E) Ilustra um texto narrativo cujas ações relativas à governança no Brasil são relatadas em ordem sucessiva, sem inversões temporais.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa em que se mantém as ideias e a correção gramatical no trecho “Nesse momento, o foco era preparar os servidores públicos para atuar com profissionalismo na Administração Pública, ou seja, centrava-se na formação da burocracia governamental, responsável pela execução das políticas públicas.” (linhas de 6 a 10), mesmo depois das alterações realizadas.

- (A) Nesse contexto, os servidores públicos são profissionais quando exercem seus cargos na Administração Pública, isto é, foca na formação da burocracia governamental, responsável pelas políticas públicas.
- (B) Hoje, o foco é ensinar os servidores públicos a atuarem de forma profissional na Administração Pública, por exemplo, centrando-se na formação da burocracia governamental, a qual executa as políticas públicas.
- (C) Nessa época, o direcionamento era a preparação dos servidores públicos para o desempenho profissional na Administração Pública, ou melhor, com o foco na formação da burocracia governamental, que executa as políticas públicas.
- (D) Nesse instante, o centro do aprendizado eram os preparativos dos servidores públicos para suas ações com atenção à Administração Pública, por exemplo, concentravam-se na formação da burocracia governamental com objetivo de realizar as políticas públicas.
- (E) Naquele momento, o empenho eram os servidores públicos e seu profissionalismo na Administração Pública, ou seja, centravam-se na formação da burocracia governamental, porque responsáveis pela execução das políticas públicas.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que o termo em destaque exerce a mesma função sintática que o trecho sublinhado em “A influência mundial, a partir da experiência norte-americana, mostra que, desde o final do século 19 até o início do século 20, a Administração Pública era compreendida, a partir da tradição científica, como um espaço de execução, pelo Executivo, das políticas públicas definidas pela esfera política (HENRY, 1975).” (linhas de 1 a 6)

- (A) “Nesse momento, **o foco** era preparar os servidores públicos para atuar com profissionalismo na Administração Pública” (linhas de 6 a 8)
- (B) “Neste caso, a burocracia deveria atuar de forma apolítica ou imparcial **baseada na profissionalização.**” (linhas de 10 a 12)
- (C) “No Brasil, a criação de espaços de participação da sociedade civil na esfera pública ocorre **por meio de audiências públicas e conselhos públicos, entre outros.**” (linhas de 36 a 38)
- (D) “E, os servidores públicos eram preparados para executar as seguintes atividades-meio: **orçamento, gestão de pessoas e organização.**” (linha de 13 a 16)
- (E) “E, os servidores públicos eram preparados para executar **as seguintes atividades-meio:** orçamento, gestão de pessoas e organização.” (linhas de 13 a 16)

QUESTÃO 10

Em conformidade com as ideias do texto, o Novo Serviço Público

- (A) apresenta um cidadão usuário do serviço público, protagonista da prestação do serviço público e da transformação social.
- (B) corrobora princípios que recebem influência mundial, tais como a gestão eficiente e econômica, livre de valores e ideologias relacionadas à primazia do diálogo e do capital humano.
- (C) revela a importância do capital humano, valorizando o interesse individual, com a participação mais acentuada da comunidade.
- (D) contempla uma forma de governança em que a burocracia atua de forma apolítica ou imparcial, pois está baseada na profissionalização.
- (E) propõe o diálogo com um cidadão, beneficiário das decisões públicas e cliente das políticas públicas, em uma gestão compartilhada, cooperada e de muitas possibilidades.

Área livre

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO DF E DA RIDE

Questões de 11 a 13

QUESTÃO 11

A Lei Complementar nº 94/1988, art. 5º, dispõe que os programas e os projetos prioritários para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), com especial ênfase para os relativos à infraestrutura básica e à geração de empregos, serão financiados com recursos

- (A) exclusivos da União.
- (B) oriundos da concessão de serviços e de infraestrutura para a iniciativa privada.
- (C) a fundo perdido, financiados por fundos de pensão de empresas estatais.
- (D) oriundos da União, do Distrito Federal, dos estados de Goiás e de Minas Gerais e dos municípios integrantes da RIDE-DF.
- (E) oriundos da poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), depositados em bancos públicos.

QUESTÃO 12

A urbanização brasileira é um processo dinâmico, diverso e complexo, marcado pela aceleração das migrações do campo para a cidade e do crescimento, em larga escala, dos aglomerados urbanos. Nessa perspectiva, a gestão metropolitana preconizada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar nº 94/1998, que institui a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), traz perspectivas importantes para a gestão da capital federal e para os municípios que integram esse aglomerado.

A respeito da RIDE-DF, assinale a alternativa correta.

- (A) A RIDE-DF permite o estabelecimento de convênios para políticas públicas de interesse comum, que envolvam a União, os estados de Goiás e de Minas Gerais, o Distrito Federal e os municípios integrantes.
- (B) A transformação de Brasília em metrópole ocorre desde a sua criação nos anos de 1960, por sua influência sobre os municípios goianos do entorno e por seu acelerado processo de crescimento demográfico e de urbanização.
- (C) Brasília é considerada uma região metropolitana, pois atende aos critérios instituídos pela Constituição Federal de 1988 para a criação desse tipo de recorte territorial: ter mais de 1 milhão de habitantes no município sede e ter sido instituída como metrópole pela União em 1998.
- (D) A RIDE-DF considera como entes federados a União, os estados de Goiás e o Distrito Federal.
- (E) Os consórcios que subsidiam as políticas públicas dos entes federados que constituem a RIDE-DF permitem a adoção de políticas de interesse comum apenas nos setores de habitação, de saúde, de segurança e administração e das contas públicas.

QUESTÃO 13

A região da capital não era um vazio demográfico nos anos de 1960, embora a ocupação fosse rarefeita. Dentro do atual Distrito Federal (DF), dois núcleos urbanos preexistiram à capital – além de fazendas dispersas pelo território. As cidades eram pequenos assentamentos de apoio ao meio rural no estado de Goiás, quando do início da construção de Brasília. A configuração vernacular, que traduz o saber anônimo subjacente ao fazer urbanístico das cidades brasileiras pré-modernas, permanece nos “setores tradicionais” dessas cidades.

HOLANDA, Frederico de; MEDEIROS, Valério; RIBEIRO, Rômulo; MOURA, Andréa. A configuração da área metropolitana de Brasília. In: RIBEIRO, Rômulo; TENÓRIO, Gabriela; HOLANDA, Frederico de. *Brasília: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 64-97, com adaptações.

Assinale a alternativa que apresenta as cidades integrantes do patrimônio histórico vernacular que antecedeu a construção de Brasília.

- (A) Sobradinho e Taguatinga
- (B) Planaltina de Goiás e Formosa
- (C) Gama e Valparaíso de Goiás
- (D) Brazlândia e Planaltina
- (E) Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás

Área livre

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

Questões de 14 a 18

QUESTÃO 14

Um procedimento seguro para transmitir dados entre computadores é conectá-los fisicamente de modo a se criar uma rede dedicada, sem interferências externas. Com o intuito de tentar manter o nível de segurança na comunicação entre computadores fisicamente separados, porém conectados à internet, as empresas simulam suas redes privadas com o uso de uma estrutura de tunelamento conhecida como

- (A) HTTPS.
- (B) TCP.
- (C) VPN.
- (D) SSH.
- (E) RSA.

QUESTÃO 15

No que se refere à segurança de redes com utilização de *firewalls*, assinale a alternativa correta.

- (A) Os *firewalls* são responsáveis pela triagem do tráfego de dados que entra e sai de uma máquina ou de uma organização.
- (B) Os *firewalls* são soluções exclusivamente de *software* para o trânsito de dados, uma vez que não é possível implementar um *firewall* via *hardware*.
- (C) *Firewalls* são a solução mais efetiva contra ataques do tipo DDoS.
- (D) Redes privadas virtuais dispensam a utilização de *firewalls* por operarem apenas em ambiente de intranet.
- (E) É suficiente que o *firewall* registre em *log* apenas as conexões bloqueadas para a futura detecção de tráfego malicioso.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa que indica a denominação do serviço do Microsoft Windows responsável por gerenciar as informações a respeito dos objetos na rede da organização (como usuários, grupos, computadores, impressoras) e disponibilizá-los a administradores e usuários dessa rede por meio da autenticação de *logon* e do controle de acesso.

- (A) PowerShell
- (B) Active Directory
- (C) MS-DOS
- (D) Explorer
- (E) Finder

Área livre

QUESTÃO 17

De acordo com o Decreto Distrital nº 36.756/2015, o qual estabelece o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), assinale a alternativa que apresenta uma competência expressa dos órgãos e entidades do Distrito Federal.

- (A) Facilitar o acesso às informações.
- (B) Aumentar a produtividade e a celeridade na tramitação de documentos e processos.
- (C) Criar condições mais adequadas para a produção e a utilização de informações.
- (D) Aprimorar a segurança e a confiabilidade dos dados e das informações.
- (E) Garantir a utilização do SEI-GDF em todos os seus processos.

QUESTÃO 18

Nos termos do Decreto Distrital nº 36.756/2015, assinale a alternativa que indica o órgão competente para divulgar as políticas, as normas e os manuais relacionados à gestão e à operacionalização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF).

- (A) Unidade Técnica de Gestão do SEI-GDF
- (B) Comitê Setorial de Gestão
- (C) Unidade Central de Gestão do SEI-GDF
- (D) Unidade Setorial de Gestão do SEI-GDF
- (E) Unidade de Tecnologia da Informação

Área livre

NOÇÕES DE RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Questões de 19 a 22

QUESTÃO 19

Considerando a proposição composta “Se Pedro é gestor de políticas públicas, então Paulo é analista de políticas públicas”, assinale a alternativa que apresenta a negação dessa proposição.

- (A) Pedro não é gestor de políticas públicas ou Paulo é analista de políticas públicas.
- (B) Pedro é gestor de políticas públicas e Paulo não é analista de políticas públicas.
- (C) Se Pedro não é gestor de políticas públicas, então Paulo não é analista de políticas públicas.
- (D) Pedro é gestor de políticas públicas ou Paulo não é analista de políticas públicas.
- (E) Pedro não é gestor de políticas públicas e Paulo não é analista de políticas públicas.

QUESTÃO 20

Suponha que uma Secretaria de Estado do Distrito Federal formará um comitê de pesquisa de seis membros com um administrador, três economistas e dois estatísticos. Sabe-se que, nessa secretaria, estão disponíveis para compor a comissão sete administradores, cinco economistas e quatro estatísticos. Quantos comitês de seis membros são possíveis?

- (A) 140
- (B) 240
- (C) 360
- (D) 390
- (E) 420

Área livre

QUESTÃO 21

Os óculos para hipermetropia usam lentes convexas convergentes. Se uma lente convexa tem distância focal com f centímetros e se um objeto é colocado a uma distância de p centímetros da lente com $p > f$, então a distância q da lente até a imagem está relacionada com p e f pela fórmula $\frac{1}{q} + \frac{1}{p} = \frac{1}{f}$. Qual é o intervalo em que a distância p de um objeto deve estar de uma lente convexa que tem $f = 5$ para que a imagem esteja a mais de 12 centímetros da lente?

- (A) $5 < p < \frac{60}{7}$
- (B) $2 < p < 5$
- (C) $1 < p < 2$
- (D) $\frac{60}{7} < p < 9$
- (E) $9 < p < 10$

QUESTÃO 22

Seja P_n a probabilidade de que n pessoas façam aniversários em dias distintos do ano. Sabe-se que P_n pode ser calculado recursivamente por

$$P_1 = 1 \text{ e } P_n = \frac{365 - (n-1)}{365} P_{n-1}.$$

Com base no exposto, qual é a probabilidade de que, em um grupo de três pessoas, nenhuma faça aniversário no mesmo dia do aniversário de qualquer outra?

- (A) $\frac{364}{365^2}$
- (B) $\frac{363}{365^2}$
- (C) $\frac{363^2}{365^2}$
- (D) $\frac{363 \times 364}{365^2}$
- (E) $\frac{364^2}{365^2}$

Área livre

PLANO DISTRITAL DE POLÍTICA PARA MULHERES

Questões 23 e 24

QUESTÃO 23

De acordo com o Eixo 2 – Educação para a igualdade – do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2020-2023 (II PDPM), publicado pela Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SMDF), assinale a alternativa correta.

- (A) É importante garantir o acesso e a permanência das mulheres jovens na educação de qualidade, mas o sucesso delas depende do seu nível de escolaridade ao ingressar em projetos sociais.
- (B) A participação das mulheres nas políticas públicas voltadas à educação é de responsabilidade das famílias que estão em situação de vulnerabilidade e que, portanto, necessitam de benefícios sociais.
- (C) A promoção do acesso e da permanência na educação formal de meninas e de mulheres para o pleno desenvolvimento de suas competências e de sua autonomia emocional, social e econômica não constitui objetivo do referido eixo, uma vez que a preocupação central é a igualdade de salários entre homens e mulheres.
- (D) A ampliação do acesso e do número de vagas para matrículas dos homens adultos e dos respectivos filhos desde a educação básica até a formação profissionalizante e superior é uma das metas mais relevantes para a igualdade de gênero.
- (E) A inclusão da temática da prevenção da violência sexual, familiar e doméstica de forma transversal no currículo escolar e no projeto político pedagógico das escolas do DF é um dos objetivos específicos no que diz respeito à educação para a igualdade.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa que apresenta um objetivo específico do Eixo 6 – Igualdade para mulheres rurais – do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres 2020-2023 (II PDPM), publicado pela Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SMDF).

- (A) “Combater os estereótipos femininos em campanhas publicitárias, por meio de debates e espaços de discussão.”
- (B) “Instituir ações para superação do racismo institucional contra mulheres, garantindo o acesso equânime aos diferentes serviços e às políticas públicas.”
- (C) “Fortalecer a cadeia produtiva, prestando apoio à sua organização, produção e comercialização, viabilizando, também, o acesso aos recursos naturais e materiais.”
- (D) “Garantir a igualdade de direitos e oportunidades no acesso, na permanência e na promoção das jovens, das idosas e das mulheres com deficiência no mercado de trabalho.”
- (E) “Incentivar e fortalecer a inclusão das mulheres no sistema previdenciário, especialmente as rurais e as idosas.”

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL
Questões de 25 a 30

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa que apresenta uma característica fundamental da estrutura federalista implementada no Brasil.

- (A) Base jurídica que é uma constituição ou um tratado.
- (B) Arranjo político que prevê o direito de secessão.
- (C) Teoria tripartite dos poderes nos três níveis de governo.
- (D) Concentração de competências no ente de maior nível federado.
- (E) Competências privativas, comuns e concorrentes para os entes federados.

QUESTÃO 26

A implementação de políticas públicas pode ser operacionalizada por meio de diferentes instrumentos. Um instrumento que compromete a legitimidade de uma política pública quando utilizado, são as (os)

- (A) leis ordinárias
- (B) medidas provisórias.
- (C) leis complementares
- (D) decretos legislativos
- (E) emendas constitucionais

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa que identifica um princípio norteador fundamental para a fase de formulação de uma política pública.

- (A) Contemporaneidade
- (B) Complexidade
- (C) Pragmatismo
- (D) Alcance
- (E) Eficácia

QUESTÃO 28

O contingenciamento de recursos em função de políticas macroeconômicas pode comprometer a implementação de políticas públicas. Considerando o âmbito da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa que representa uma exceção ao contingenciamento por encontrar vinculação constitucional.

- (A) Saúde
- (B) Trabalho
- (C) Transporte
- (D) Saneamento
- (E) Meio Ambiente

Área livre

QUESTÃO 29

Theodore Lowi criou um modelo de análise de políticas públicas que as divide em quatro tipos, e no último governo, foi adotada a Medida Provisória nº 1.046/2021, que autorizou o empregador a suspender, sem multas ou encargos, o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) referente a determinado período. Conforme o modelo de Lowi, a mencionada medida provisória pertence às políticas públicas

- (A) redistributivas.
- (B) distributivas.
- (C) constitutivas.
- (D) regulatórias.
- (E) securitárias.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa que identifica uma estrutura de controle social da Administração Pública na avaliação de políticas públicas, tendo em vista o modelo estruturado no País.

- (A) Polícia Federal
- (B) Ministério Público
- (C) Advocacia Geral da União
- (D) Tribunal de Contas da União
- (E) Controladoria Geral da União

Área livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Questões de 31 a 60

DIREITO ADMINISTRATIVO
Questões de 31 a 34

QUESTÃO 31

Assinale a alternativa que apresenta as matérias a que se aplica a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

- (A) Concessão e permissão de uso de bens públicos e privados.
- (B) Prestação de serviços, com exceção dos técnico-profissionais especializados.
- (C) Obras e serviços de arquitetura e engenharia.
- (D) Contratações que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
- (E) Contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.

QUESTÃO 32

De acordo com a Lei nº 13.460/2017, que dispõe acerca da participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública, o usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços. Nesse sentido, os agentes públicos e os prestadores de serviços públicos devem observar determinadas diretrizes expressas, entre as quais se cita(m)

- (A) urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos usuários.
- (B) atendimento por ordem de chegada, ressalvados apenas os casos das pessoas com deficiência e dos idosos.
- (C) igualdade no tratamento aos usuários, desde que sejam residentes no local de prestação do serviço público.
- (D) adoção de medidas com vistas à proteção do meio ambiente.
- (E) utilização de linguagem complexa e refinada, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos.

QUESTÃO 33

Quanto à responsabilidade civil do Estado por danos causados pelos seus agentes, é correto afirmar que o entendimento doutrinário do art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988 – segundo o qual a ação somente pode ser proposta em face do Estado, não sendo lícito acionar diretamente o agente público – exprime a perspectiva da teoria do(a)

- (A) duplo grau administrativo.
- (B) duplo controle administrativo.
- (C) dupla liberação.
- (D) monismo administrativo.
- (E) dupla garantia.

Área livre

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 – que dispõe acerca das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências –, alterada pela Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- (B) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica acarreta improbidade administrativa.
- (C) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis apenas aos agentes públicos.
- (D) O mero exercício da função ou do desempenho de competências públicas, mesmo que com a comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (E) A mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos constitui ato de improbidade administrativa.

Área livre

DIREITO CONSTITUCIONAL
Questões de 35 a 38

QUESTÃO 35

A respeito dos direitos fundamentais, a liberdade de expressão

- (A) é conceituada como a possibilidade de o cidadão criar ou ter acesso a diversas fontes de dados, como notícias, livros e jornais, sem interferência do Estado.
- (B) é livre, sendo vedado o anonimato. É defeso o direito de resposta.
- (C) constitui-se elemento fundante da ordem constitucional e deve ser exercida com sobrepujança aos demais direitos e às garantias fundamentais, alcançando, nessa ótica, condutas reveladoras de discriminação.
- (D) existe para a manifestação de opiniões contrárias, jocosas, satíricas e até mesmo errôneas, mas não para opiniões criminosas, discurso de ódio ou atentados contra o Estado Democrático de Direito e a democracia.
- (E) não foi eleita pelo constituinte, seja originário, seja reformador, como um direito fundamental.

QUESTÃO 36

No que tange aos novos paradigmas de interpretação constitucional, assinale a alternativa que apresenta o conceito de mutação constitucional.

- (A) Quando, na análise do caso concreto, uma norma é afastada, ou tem sua aplicação negada, sempre que uma exceção relevante a justifique, ainda que a norma tenha preenchido os requisitos necessários e suficientes para que seja válida e aplicável.
- (B) Modificação do texto constitucional, por meio dos mecanismos definidos pelo poder constituinte originário (emendas), alterando, suprimindo ou acrescentando artigos ao texto original.
- (C) Processo informal de mudança da Constituição, por meio do qual são atribuídos novos sentidos, conteúdos até então não ressaltados à letra da Constituição, quer pela interpretação, em suas diversas modalidades e métodos, quer por intermédio da construção, bem como dos usos e dos costumes constitucionais.
- (D) A Constituição deve ser sempre interpretada em sua globalidade e, assim, as aparentes antinomias deverão ser afastadas.
- (E) Na solução dos problemas jurídico-constitucionais, deve-se dar prevalência aos pontos de vista que, tendo em conta os pressupostos da Constituição (normativa), contribuem para uma eficácia ótima da lei fundamental.

Área livre

QUESTÃO 37

A Emenda Constitucional nº 103 trouxe inúmeras alterações à disciplina constitucional dos servidores públicos, em especial quanto à aposentadoria. De acordo com a redação dada pela referida emenda ao texto constitucional, é correto afirmar que o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado

- (A) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- (B) compulsoriamente, com proventos integrais, aos 70 anos de idade, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.
- (C) voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, quando tiver 65 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher.
- (D) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 80 anos de idade, ou aos 82 anos de idade, na forma de lei complementar.
- (E) no âmbito da União, aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, e, no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às suas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

QUESTÃO 38

Em conformidade com o disposto no art. 85 da Constituição Federal, são crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra

- (A) a organização e o funcionamento da administração federal, quando não implicarem aumento de despesa e nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- (B) a existência da União, o exercício dos direitos políticos e a lei orçamentária.
- (C) a decretação e a execução de intervenção federal.
- (D) o sancionamento, a promulgação e a publicação das leis, bem como a expedição de decretos e de regulamentos para sua fiel execução.
- (E) a tentativa de frustração por ato comissivo ou omissivo, da liquidação regular de precatórios.

Área livre

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
Questões de 39 a 42**QUESTÃO 39**

A Lei nº 4.320/1964 prevê princípios orçamentários e, entre eles, o princípio da exclusividade estabelece que

- (A) o registro das receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual (LOA) será pelo valor total e bruto.
- (B) a vinculação da receita de impostos será a órgão, fundo ou despesa.
- (C) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil.
- (D) a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- (E) a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas dos poderes constituídos, de órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

QUESTÃO 40

A Lei Orçamentária Anual de certo ente federado pode ser retificada durante sua execução. A esse respeito, conforme a Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que os créditos extraordinários destinam-se às despesas

- (A) de pequeno vulto.
- (B) com suprimento de fundos.
- (C) de caráter sigiloso.
- (D) especiais.
- (E) imprevistas.

QUESTÃO 41

A respeito das etapas da receita orçamentária, o recolhimento

- (A) consiste na transferência dos valores arrecadados para a conta específica do tesouro distrital.
- (B) corresponde à entrega dos recursos devidos ao tesouro distrital por meio dos agentes arrecadadores ou das instituições financeiras.
- (C) verifica a procedência do crédito fiscal.
- (D) calcula o montante do tributo devido.
- (E) identifica o sujeito passivo.

QUESTÃO 42

A Lei Complementar nº 101/2000 prevê que, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, haverá informações acerca dos passivos contingentes no anexo de

- (A) metas fiscais.
- (B) indicadores fiscais.
- (C) diretrizes fiscais.
- (D) riscos fiscais.
- (E) prestação de contas fiscais.

Área livre**LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL E LEI COMPLEMENTAR Nº 840/2011 (REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL)****Questões de 43 a 46****QUESTÃO 43**

A respeito do abono pecuniário, segundo a Lei Complementar nº 840/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) A conversão de um terço das férias em abono pecuniário depende de autorização do governador, do presidente da Câmara Legislativa ou do presidente do Tribunal de Contas.
- (B) A base para o cálculo do abono pecuniário pode ser superior ao teto de remuneração ou subsídio.
- (C) A conversão de metade das férias em abono pecuniário depende de autorização da chefia imediata.
- (D) O valor do abono pecuniário não incide sobre o adicional de férias.
- (E) As disposições acerca do abono pecuniário foram revogadas, razão pela qual se encontra inaplicável.

QUESTÃO 44

Conforme a Lei Complementar nº 840/2011, no que se refere à licença-maternidade e à licença-paternidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A servidora comissionada, sem vínculo efetivo com a Administração, não faz jus à licença-maternidade.
- (B) Em caso de natimorto ou de nascimento com vida seguido de óbito, a servidora reassumirá suas funções após 180 dias da data do evento, caso seja considerada apta.
- (C) A servidora gestante ocupante de cargo efetivo faz jus à licença-maternidade pelo prazo de 180 dias, sem prejuízo da remuneração, a contar do dia do parto, podendo ser antecipada em até 28 dias, mediante prescrição médica.
- (D) Pelo nascimento, o servidor tem direito à licença-paternidade de 60 dias consecutivos, incluído o dia da ocorrência.
- (E) Pela adoção de filhos, o servidor tem direito à licença-paternidade de 14 dias consecutivos, incluído o dia da ocorrência.

QUESTÃO 45

Segundo a Lei Orgânica do Distrito Federal (DF) promover a inclusão digital, o direito de acesso à internet, o exercício da cidadania em meios digitais e a prestação de serviços públicos por múltiplos canais de acesso é um(a)

- (A) das formas de se exercer a soberania popular.
- (B) dos objetivos prioritários explícitos do DF.
- (C) dos objetivos prioritários implícitos do DF.
- (D) dos valores fundamentais explícitos do DF.
- (E) dos valores fundamentais implícitos do DF.

QUESTÃO 46

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, no que se refere à criação ou extinção das regiões administrativas (RA), assinale a alternativa correta.

- (A) A criação ou extinção de RA ocorrerá por meio de lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados federais.
- (B) A Lei Orgânica do Distrito Federal veda a criação ou a extinção de RA.
- (C) A criação ou extinção de RA ocorrerá por lei aprovada pela maioria dos deputados federais.
- (D) A criação ou extinção de RA ocorrerá por intermédio de lei aprovada pela maioria relativa dos deputados distritais.
- (E) A criação ou extinção de RA ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais.

CONHECIMENTO DE ACORDO COM A ÁREA DE ATUAÇÃO
Questões de 47 a 60

QUESTÃO 47

Os contratos administrativos são caracterizados pelo desequilíbrio das partes, uma vez que as cláusulas exorbitantes [...] conferem prerrogativas à Administração e sujeições ao contratado, independentemente de previsão editalícia ou contratual.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. *Licitações e contratos administrativos: teoria e prática*. São Paulo: Grupo GEN, 2022.

Acerca das cláusulas exorbitantes, assinale a alternativa que confere à Administração o poder de alteração do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

- (A) Rescisão bilateral
- (B) Alteração unilateral
- (C) Rescisão unilateral
- (D) Aplicação de sanções
- (E) Ocupação permanente

QUESTÃO 48

A parceria público-privada (PPP) que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado é denominada concessão

- (A) fiduciária.
- (B) temporária.
- (C) administrativa.
- (D) patrocinada.
- (E) paleativa.

QUESTÃO 49

Considerando a Lei nº 8.987/1995, assinale a alternativa que apresenta a correta definição de serviço adequado para as permissões de serviço público.

- (A) É o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- (B) Compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.
- (C) Pressupõe o pleno atendimento dos usuários.
- (D) Representa as condições de neutralidade, igualdade e justiça social.
- (E) Abrange a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações, combinados à modicidade tarifária.

QUESTÃO 50

Tendo em vista a teoria do acidente administrativo, assinale a alternativa que associa a falta do serviço público à demora na prática de atos, inércia ou resistência passiva da Administração Pública.

- (A) Falsa aplicação de texto legislativo ou regulamentar
- (B) Erros de informação pela Administração
- (C) Lentidão no funcionamento do serviço público
- (D) Inação ou omissão dos órgãos administrativos
- (E) Recusa sistemática na aplicação de lei ou regulamento

QUESTÃO 51

Assinale a alternativa que indica a correta distinção entre convênio e contrato administrativo.

- (A) Remuneração: nos convênios, a remuneração recebida pela contraparte passa a ser considerada patrimônio privado, podendo ter livre destinação, enquanto, nos contratos, o valor repassado pelo poder público ao particular continua sendo considerado recurso público, sujeito a fiscalização.
- (B) Necessidade de licitação: a celebração de convênios pela Administração Pública depende da realização de licitação prévia, enquanto a formalização de contratos não depende de licitação.
- (C) Prazo: os contratos administrativos são celebrados por prazo determinado, enquanto, nos convênios, não se admite ausência de prazo.
- (D) Natureza: os contratos administrativos podem ter qualquer tipo de objeto, enquanto os convênios não podem prever repasses de recursos.
- (E) Interesse dos envolvidos: os contratos administrativos são caracterizados pela existência de interesses contrapostos das partes, enquanto os convênios administrativos são caracterizados pela comunhão de interesses dos conveniados.

QUESTÃO 52

Assinale a alternativa correspondente a um objetivo social que deve ser atendido por uma entidade interessada na qualificação como organização da sociedade civil de interesse público.

- (A) Promoção da defesa nacional
- (B) Promoção dos esportes olímpicos e paraolímpicos
- (C) Promoção da segurança alimentar e nutricional
- (D) Promoção da segurança cibernética
- (E) Promoção onerosa da educação

QUESTÃO 53

Com base na Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa que representa ato de improbidade administrativa responsável por lesão ao erário.

- (A) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público.
- (B) Negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
- (C) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (D) Celebrar parcerias da Administração Pública com entidades privadas sem a observância de formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (E) Nomear cônjuge ou companheiro para o exercício de cargo em comissão ou de confiança.

QUESTÃO 54

Assinale a alternativa que identifica corretamente o responsável por estabelecer a quantidade ofertada de base monetária no Brasil.

- (A) Bancos comerciais
- (B) Banco Central
- (C) Ministério da Fazenda
- (D) Receita Federal
- (E) Ministério da Economia

QUESTÃO 55

Os setores de infraestrutura apresentam uma complexidade relativa à presença da rede física, o que implica custos afundados elevados e retornos de escala crescente, com consequente inviabilidade econômica da sua duplicação. Essa situação está relacionada ao (à)

- (A) monopólio natural.
- (B) teoria do agente principal.
- (C) teoria da captura.
- (D) oligopólio induzido.
- (E) livre concorrência.

QUESTÃO 56

A análise da efetividade de uma política pública deve considerar modelos de tomadas de decisões estruturadas. Isto posto, assinale a alternativa correspondente ao procedimento, a partir da definição de problema regulatório, de avaliação prévia à edição dos atos normativos e que contém informações e dados a respeito de seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão.

- (A) Método de Monte Carlo
- (B) Método Simplex
- (C) Análise de Impacto Regulatório
- (D) Análise de Resultado Regulatório
- (E) Análise de Pareto

QUESTÃO 57

No que se refere à correta definição de orçamento-programa, assinale a alternativa correta.

- (A) Método de controle do volume dos gastos, com o objetivo de diminuir o risco de desperdício e de corrupção.
- (B) Forma de orçamentação que visa à maximização do lucro e à minimização das despesas.
- (C) Mecanismo de planejamento financeiro destinado a proporcionar maior transparência para as ações governamentais.
- (D) Decisões dos acionistas para que eles possam exercer alguma forma de controle sobre os seus mandatários executivos.
- (E) Técnica de planejamento financeiro que estrutura as informações, de modo a evidenciar os objetivos e os meios destinados a atingi-los.

QUESTÃO 58

No que concerne à gestão contemporânea de pessoas, assinale a alternativa que possui correlação direta com a agregação de valor de um funcionário para sua organização.

- (A) O nível de escolaridade
- (B) As habilidades motoras
- (C) Os parâmetros de pontualidade e absenteísmo
- (D) O nível de complexidade das atribuições e das responsabilidades
- (E) A facilidade de relacionamento com os colegas de equipe

QUESTÃO 59

A análise dos tempos de um processo de atendimento ao público revelou as informações a seguir.

- Média do tempo de atendimento (\bar{x}): 5,2 min
- Desvio padrão da média (σ): 0,3 min
- Intervalo de confiança: 95%

Com a utilização de uma carta de controle, o gestor responsável pelo processo estabeleceu como adequados os atendimentos realizados com o tempo abaixo do limite superior de controle (LSC), que corresponde a $\bar{x} + 2\sigma$. Mediante a análise dos atendimentos individualmente, assinale a alternativa que corresponde a um tempo de atendimento considerado inadequado.

- (A) 4,0 min
- (B) 6,2 min
- (C) 4,8 min
- (D) 5,8 min
- (E) 5,5 min

QUESTÃO 60

Um dos desafios encontrados na gestão de projetos é a análise de riscos. Assinale a alternativa que apresenta uma técnica quantitativa de análise de riscos em projetos.

- (A) Árvore de decisão
- (B) Estrutura analítica dos riscos
- (C) Simulação de Monte Castelo
- (D) Regra de l'Hôpital
- (E) Guia PMBOK

Área livre

O R I E N T A Ç Õ E S

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada com o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

P R O V A D I S C U R S I V A

Leia, com atenção, os textos a seguir.

Texto 1

Modelo de Multiple Streams

Em *Agendas, alternatives and public policies*, Kingdon procura responder à seguinte questão: por que alguns problemas se tornam importantes para um governo? Como uma ideia se insere no conjunto de preocupações dos formuladores de políticas, transformando-se em uma política pública? Kingdon considera as políticas públicas como um conjunto formado por quatro processos: o estabelecimento de uma agenda de políticas públicas; a consideração das alternativas para a formulação de políticas públicas, a partir das quais as escolhas serão realizadas; a escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis; e, finalmente, a implementação da decisão. Em seu modelo de *multiple streams*, o autor preocupa-se especificamente com os dois primeiros processos, chamados estágios pré-decisórios: a formação da agenda (*agenda-setting*) e as alternativas para a formulação das políticas (*policy formulation*).

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. BIB: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. n. 41. São Paulo: ANPOCS, 1996, com adaptações.

Texto 2

Para entender a importância das políticas públicas

Mesmo com a crise política que as ameaça no País, essas práticas são essenciais para assegurar as transformações sociais e promover igualdades.

Para conseguir compreender os benefícios atribuídos à sociedade e as responsabilidades do Estado para com a população, é preciso também entender e analisar as políticas públicas do País. Muitas vezes confundidas ou até mesmo ignoradas, elas são essenciais para o desenvolvimento humano, a formação da cidadania e a promoção de igualdades.

De modo geral, as políticas públicas são criações de projetos sociais ou ações promovidas pelo Estado em parceria com a sociedade, que buscam trazer melhorias e qualidade de vida para as pessoas, gerando uma transformação social. Essas políticas prezam a coletividade, o interesse de todos os públicos e ocorrem nas mais diferentes áreas, como saúde, educação, lazer, cultura, moradia, transporte, segurança e assistência social.

Disponível em: <<https://medium.com/betaredacao/>>. Acesso em: 8 dez. 2022 (fragmento), com adaptações.

Considerando que os textos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo com o seguinte tema:

A importância das políticas públicas – desafios e potencialidades para o Distrito Federal.

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	